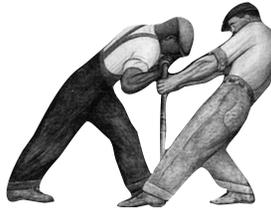


Ricardo Antunes

OS SENTIDOS DO TRABALHO

Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho



BOITEMPO
EDITORIAL

Sobre Os sentidos do trabalho

István Mészáros

A negação da centralidade do trabalho, feita pelos apologistas do capital – um tema fundamental em *Os sentidos do trabalho* –, tornou-se mais proeminente nas três últimas décadas, coincidindo com o início da crise estrutural do capital. As origens dessa tendência datam de muito tempo atrás. Já em 1925 Karl Mannheim, em seu famoso livro *Ideologia e utopia*, afirmava que “as classes estão se fundindo uma na outra” porque, de acordo com uma ideia muito mais antiga que ele tomou emprestada de Max Scheler, nós vivemos “numa era de equalização”. O objetivo de tal projeção era, desde o início, afastar a inconveniente realidade do trabalho como antagonis-ta do capital, negando a própria existência de uma força social capaz de instituir uma alternativa hegemônica para a ordem estabelecida.

Sem dúvida, vimos – e continuamos a nos defrontar com esse fato – fusões de proporções monumentais. Não entre classes, mas entre corporações gigantescas quase monopolistas. Da mesma forma, uma tendência real de equalização está avançando inexoravelmente. Mas não é uma tendência para criar condições de igualdade entre classes sociais – a evidência ressalta exatamente o oposto. A tendência real é de uma equalização decrescente da taxa diferencial de exploração, com a força de trabalho sendo em todo o mundo co-locada de modo cada vez mais intenso sob uma forma de exploração e marginalização pelo capital. Assim, apesar de todos os tipos de mistificação teórica que procuram descartar esses problemas como sendo “preocupações anacrônicas do século XIX”, a necessidade de desafiar a subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital continua sendo a grande questão do nosso tempo. E o enfren-tamento disso, tanto na teoria quanto na prática social, é impensável sem a reafirmação vigorosa da centralidade do trabalho.

Com rigor e lucidez Ricardo Antunes trata de todo um conjunto de questões vitais, refletindo fielmente suas complexas ramificações. Ele constrói em seus livros anteriores – particularmente em *Adeus ao trabalho?* –, e amplia muito em *Os sentidos do trabalho*, uma estrutura abrangente na qual problemas particulares ganham vida e res-saltam o sentido um do outro por meio de suas conexões recíprocas. Mostra de forma convincente que a “crise do fordismo” e a maneira pela qual as “personificações do capital” procuraram superá-la com a reestruturação da economia – ficando muito aquém do sucesso esperado – somente são inteligíveis como parte de uma crise muito mais profunda do sistema como um todo. Mostra também que elas em verdade são manifestações das contradições do sistema do capital, que nenhuma quantidade de “toyotismo” poderá remediar.

As teorias que postularam a substituição do trabalho pela “ciência como principal força produtiva” concentraram-se, com um “eurocentrismo” característico, em alguns países capitalistas avançados, desconsiderando o fato de que atualmente dois terços da força de trabalho da humanidade vivem no chamado Terceiro Mundo. Ainda mais, como o autor demonstra numa parte impor-tante de seu livro, dedicada à análise do que aconteceu na Inglaterra nas três últimas décadas, as conclusões de tais teorias sobre a substituição do trabalho e a ideia de relegar ao século XIX suas estratégias combativas são desprovidas de qualquer fundamento, mesmo em um país capitalista tão avançado quanto a Inglaterra. *Os sentidos do trabalho* explica as razões do neoliberalismo thatcherista, um projeto que durou duas décadas, mostrando também a tentativa do New Labour de, com um novo disfarce, reviver sob o va-zio ideológico da “Terceira Via” o desacreditado e falido empreendimento neoliberal.

Há em *Os sentidos do trabalho* uma pesquisa meticulosa, e os insights teóricos do autor são apoiados em ampla documentação. Antunes consegue com sucesso rerer a complexidade dialética dos problemas discutidos, quando outros poderiam ficar tentados a oferecer interpretações unilaterais. Ele sublinha, por exemplo, que o significativo aumento do trabalho feminino – que hoje constitui 51% da força de trabalho inglesa – representa indiscutivelmente uma emancipação parcial das mulheres. Mas ao mesmo tempo ressalta o lado negativo desses acontecimentos, mostrando que o capital incor-pora o trabalho feminino em sua divisão social e sexual do trabalho, impondo sobre a força de trabalho feminina maior intensidade de precarização e exploração.

As candentes questões sociais e políticas discutidas situam-se dentro dos horizontes teóricos mais amplos do livro, enfatizando sua verdadeira significação e validade. O modo como o autor focaliza os fundamentos ontológicos do trabalho, usando de forma imaginativa a última obra magistral de Lukács, lhe possibilita articular os pol-êmicos problemas atuais à perspectiva histórica de emancipação. Soluções viáveis, ele argumenta, são possíveis somente por meio da alternativa hegemônica do trabalho sobre o modo estabelecido de controle social metabólico, combinando o “sentido da vida” – isto é, a busca dos indivíduos por uma vida cheia de sentido – com o “sentido do trabalho”. Assim, em nítido contraste com aqueles que projetam uma acomodação utópica com o capital – mantendo sua supremacia no mundo da produção – e imaginam uma plenitude emancipatória fora da atividade produtiva, no reino do “lazer” –, Antunes corretamente insiste em que “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho (...). Uma vida cheia de sentido somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade (...) na qual liberdade e necessidade se realizem mutuamente”. Isso não poderia ter sido dito de modo melhor.

Copyright © Boitempo Editorial, 1999, 2009
Copyright © Ricardo Antunes, 1999, 2009

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editor-assistente

Jorge Pereira Filho

Assistência editorial

Ana Lotufo, Elisa Andrade Buzzo e Frederico Ventura

Preparação

Maria Cristina G. Cupertino e Mariana Echalar

Revisão

Alessandro de Paula e Renata Assumpção

Capa

Ivana Jinkings (criação) e Flavio Valverde (arte-final)
sobre painel de Diego Rivera, Detroit Industry, 1932-1933 (detalhe).
The Detroit Institute of Arts.

Diagramação

Antonio Kehl

Produção

Marcel Iha e Paula Pires

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A642s

Antunes, Ricardo L. C. (Ricardo Luis Coltro), 1953-

Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP : Boitempo, 2009. -(Mundo do Trabalho)

ISBN 978-85-85934-43-9
e-ISBN 978-85-7559-259-5

1. Trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Sociologia do trabalho. I. Título.

09-5920.

CDD: 331.1

13.11.09 18.11.09

CDU: 331.1

016263

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do novo acordo ortográfico.

1ª edição: outubro de 1999; 1ª reimpressão: março de 2000;

2ª reimpressão: agosto de 2000; 3ª reimpressão: abril de 2001;

4ª reimpressão: setembro de 2001; 5ª reimpressão: julho de 2002;

6ª reimpressão: agosto de 2003; 7ª reimpressão: abril de 2005;

8ª reimpressão: junho de 2006; 9ª reimpressão: novembro de 2007;

2ª edição: dezembro de 2009; 1ª reimpressão: novembro de 2010

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br

Oh, as estranhas exigências da
sociedade burguesa que primeiro nos
confunde e nos desencaminha, para
depois exigir de nós mais que a
própria natureza!

Goethe, *Os anos de aprendizado de
Wilhelm Meister*

Que tempos são esses, em que
falar de árvores é quase um crime
pois implica silenciar sobre tantas
barbaridades?

Brecht, *Aos que vão nascer*

Somente quando o homem, em
sociedade, busca um sentido para sua
própria vida e falha na obtenção deste
objetivo, é que isso dá origem à sua
antítese, a perda de sentido.

Lukács, *Ontologia do ser social*

Andam desarticulados os tempos.

Shakespeare, *Hamlet*

SUMÁRIO

NOTA À 2ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
I – O SISTEMA DE METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E SEU SISTEMA DE MEDIAÇÕES	21
O sistema de mediações de primeira ordem	21
A emergência do sistema de mediações de segunda ordem	22
II – DIMENSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	31
A crise do taylorismo e do fordismo como expressão fenomênica da crise estrutural	31
III – AS RESPOSTAS DO CAPITAL À SUA CRISE ESTRUTURAL: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho	37
Os limites do taylorismo/fordismo e do compromisso social-democrático	38
A eclosão das revoltas do <i>operário-massa</i> e a crise do Welfare State	42
IV – O TOYOTISMO E AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	49
A falácia da “qualidade total” sob a vigência da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias	52
A liofilização organizacional e do trabalho na fábrica toyotizada: as novas formas de intensificação do trabalho	54
V – DO NEOLIBERALISMO DE THATCHER À “TERCEIRA VIA” DE TONY BLAIR: a experiência inglesa recente	63
Neoliberalismo, mundo do trabalho e crise do sindicalismo na Inglaterra	63
Elementos da reestruturação produtiva britânica: ideário e pragmática	77
As greves inglesas nos anos 90: as formas de confrontação com o neoliberalismo e a precarização do trabalho	92
O New Labour e a “Terceira Via” de Tony Blair	96

VI – A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO: a forma de ser da classe trabalhadora hoje	101
Por uma noção ampliada de classe trabalhadora	101
Dimensões da diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora	104
Divisão sexual do trabalho: transversalidades entre as dimensões de classe e gênero	105
Os assalariados no setor de serviços, o “terceiro setor” e as novas formas de trabalho em domicílio	111
Transnacionalização do capital e mundo do trabalho	115
VII – MUNDO DO TRABALHO E TEORIA DO VALOR: as formas de vigência do trabalho material e imaterial	119
A interação crescente entre trabalho e conhecimento científico: uma crítica à tese da “ciência como principal força produtiva”	119
A interação entre trabalho <i>material</i> e <i>imaterial</i>	125
As formas contemporâneas do estranhamento	130
VIII – EXCURSO SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO: a polêmica entre Lukács e Habermas	135
1 – A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL DE LUKÁCS	135
Trabalho e teleologia	136
O trabalho como protoforma da práxis social	139
Trabalho e liberdade	143
2 – A CRÍTICA DE HABERMAS AO “PARADIGMA DO TRABALHO”	146
O paradigma da ação comunicativa e da esfera da intersubjetividade	147
O desacoplamento entre sistema e mundo da vida	149
A colonização do mundo da vida e a crítica de Habermas à teoria do valor	151
3 – UM ESBOÇO CRÍTICO À CRÍTICA DE HABERMAS	155
Subjetividade autêntica e subjetividade inautêntica	158
IX – ELEMENTOS PARA UMA ONTOLOGIA DA VIDA COTIDIANA	165
X – TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIVRE: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho	171
XI – FUNDAMENTOS BÁSICOS DE UM NOVO SISTEMA DE METABOLISMO SOCIAL	177
APÊNDICES	183
Apêndices à primeira edição	185
1 – A CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A CENTRALIDADE DO TRABALHO HOJE	185

2 – OS NOVOS PROLETÁRIOS DO MUNDO NA VIRADA DO SÉCULO	193
3 – AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO TRABALHO HOJE	205
4 – SOCIALISMO E MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: <i>alguns pontos para debate</i>	221
5 – LUTAS SOCIAIS E DESENHO SOCIETAL SOCIALISTA NO BRASIL RECENTE	225
<i>Apêndices à segunda edição</i>	247
1 – DEZ TESES E UMA HIPÓTESE SOBRE O PRESENTE (E O FUTURO) DO TRABALHO	247
2 – TRABALHO E VALOR: <i>anotações críticas</i>	263
3 – A ECONOMIA POLÍTICA DAS LUTAS SOCIAIS	273
 BIBLIOGRAFIA	 281
SOBRE O AUTOR.....	287

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por esse motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

Para Diva e José,
meus pais

NOTA À 2ª EDIÇÃO

Os *Sentidos do Trabalho* ganha uma nova reimpressão, a 10ª, dez anos depois de sua 1ª edição, em 1999. Nesta 2ª edição, revista e atualizada pela primeira vez, suas teses centrais adquirem ainda mais força: há uma *nova morfologia do trabalho* que repõe os sentidos e significados essenciais desse conceito, mostrando que o trabalho é, no início do século XXI, uma questão (ainda) decisivamente vital.

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos, corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas.

Maquinaria perversa e engenharia satânica que vêm gerando um gigantesco contingente de desempregados que assim o são pela própria lógica destrutiva do capital – a qual, ao mesmo tempo que expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo gerador do valor em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração do mais-valor. Isso depaupera ainda mais, pela expansão da força sobranete de trabalho que não para de crescer, os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

Mas contra a simplória tese da *finitude do trabalho*, este se mostra, em sua forma contraditória de ser, um espaço de *sociabilidade*,

mesmo quando é marcado por traços dominantes de estranhamento e alienação – o que se constata pela desumanização presente nos contingentes de desempregados que, em especial, mas não só no Sul do mundo, nunca vivenciaram sequer coágulos de *Welfare State*.

Contrariamente, portanto, à *unilateralização* presente tanto nas teses que *desconstroem* o trabalho quanto naquelas que fazem seu *culto acríptico*, sabemos que, na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência e *felicidade social* (como estava presente já na reivindicação do *cartismo* na Inglaterra do século XIX), o *trabalho* é, em si e por si, uma *atividade vital*. Mas, ainda no contraponto, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao *trabalho* – como muitas vezes ocorre com o mundo capitalista e sua *sociedade do trabalho abstrato* –, ela seria também expressão de um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado.

A constatação de *Os Sentidos do Trabalho* é clara: se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Isso porque, como está longamente desenvolvido nas páginas deste livro, o *sentido do trabalho* que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o *trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital.

E essa contraditória processualidade do trabalho, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo e de nossas vidas neste conturbado século XXI, cujo desafio maior é dar *sentido autoconstituente ao trabalho humano* e tornar nossa *vida fora do trabalho* também *dotada de sentido*.

Esta nova edição de *Os Sentidos do Trabalho* traz três novos apêndices que dão atualidade a suas teses originais. O primeiro, que sintetiza algumas das teses centrais sobre o *presente* do trabalho, esboça também uma hipótese sobre o seu *futuro*. O segundo trata da *crise capitalista atual* e do conseqüente *processo de destruição e desmorroneamento do trabalho* que está abrindo caminho para o início de uma nova fase de *precarização estrutural do trabalho em escala global*, se essa lógica não for obstada e confrontada. O terceiro e último problematiza algumas formulações que, a partir da noção de *trabalho imaterial*, procuram desconstruir a teoria do valor-trabalho.

Os leitores poderão perceber a clara continuidade dos apêndices em relação à versão original do livro, que, conjuntamente com *Adeus ao Trabalho?* (Cortez) e *O Caracol e sua Concha* (Boitempo), enfeixa nossa trilogia sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

Por fim, acrescento que, além de suas dez reimpressões no Brasil, *Os Sentidos do Trabalho* vem encontrando acolhida positiva também no exterior. Há uma edição em espanhol (*Los Sentidos del Trabajo*, Herramienta Ediciones e TEL/Taller de Estudios Laborales, Argentina, 2005), outra em italiano (*Il Lavoro in Trappola: La Classe Che Vive di Lavoro*, Jaca Book, 2006) e encontra-se em andamento a tradução para uma edição franco-suíça pela *Page2*, que esperamos ver em breve publicada.

Ricardo Antunes
Campinas, outubro de 2009

APRESENTAÇÃO

Os *Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)* é o resultado da pesquisa realizada na Universidade de Sussex (Inglaterra) onde, a convite de István Mészáros, Professor Emérito daquela Universidade, trabalhei como pesquisador visitante.

Pude então aprofundar várias dimensões que havia iniciado em *Adeus ao Trabalho?*, publicado em 1995. *Os Sentidos do Trabalho*, que apresento para o Concurso de Professor Titular em Sociologia do Trabalho, no IFCH/Unicamp, retoma essa temática, ampliando-a e desenvolvendo-a em outras dimensões que, em meu entendimento, são centrais quando se pensa no mundo do trabalho hoje, nas formas contemporâneas de vigência da centralidade do trabalho ou nos múltiplos *sentidos do trabalho*.

O estudo das relações entre trabalho *produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial*, bem como a forma assumida pela *divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora*, dentre vários elementos que analisarei ao longo do texto, permitiu-me recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria *trabalho* na formação societal contemporânea, contra a *desconstrução teórica* que foi realizada nos últimos anos. Ao contrário da propagada substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de mercadorias pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, exploro as novas formas de *interpenetração* existentes entre as atividades produtivas e as

improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que vêm se ampliando no mundo contemporâneo do capital e de seu sistema produtivo.

Podendo desfrutar o convívio intelectual com os professores István Mészáros e William Outhwaite, entre outros, na School of European Studies da Universidade de Sussex, a mesma escola que também acolheu, até poucos anos atrás, Tom Bottomore, encontrei as condições para a realização da pesquisa que resultou neste livro.

O primeiro e especial agradecimento vai ao professor István Mészáros, pelos diálogos, discussões, reflexões e, mais que isso, amizade, sensibilidade e solidariedade profundas, que lá se intensificaram ainda mais, e em quem sempre encontrei, desde o primeiro momento da chegada na Inglaterra, integral apoio. Nossos encontros e debates, ao longo de um ano, fizeram este trabalho ganhar novos contornos. Agradecimento que se estende também à querida amiga Donatella, por tudo que juntos pudemos vivenciar.

Ao professor William Outhwaite, o meu agradecimento pelo apoio e auxílio dados. Ao professor John McIlroy, do International Centre for Labour Studies da Universidade de Manchester, sou igualmente grato pelas atividades lá realizadas e por nossos encontros.

A Fran White e Pam Cunliffe, pela colaboração amiga e despojada que deram.

Uma lembrança especial para Teresa, Ana e Caio, que me acompanharam a Sussex, o que nos permitiu vivenciar, juntos, uma bela experiência.

Para a Fapesp, pela Bolsa de Pós-Doutorado que possibilitou o desenvolvimento do projeto, de março de 1997 a fevereiro de 1998, na Universidade de Sussex, e também ao CNPq, pela Bolsa em Pesquisa que permitiu a retomada deste projeto, a partir de março de 1999, e ao Faep/Unicamp, deixo registrados os meus agradecimentos.

INTRODUÇÃO

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de *ser e existir* da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Paralelamente, entretanto, têm sido frequentes as representações que visualizam nessas formas de (des)sociabilização novas e positivas dimensões de organização societal, como se a humanidade que trabalha estivesse prestes a atingir seu ponto mais avançado de sociabilidade. Muitas são as formas de fetichização: desde o culto da “sociedade democrática”, que teria finalmente realizado a *utopia do preenchimento*, até a crença na desmercantilização da vida societal, no fim das ideologias, no advento de uma sociedade comunicacional capaz de possibilitar uma interação subjetiva, por meio de novas formas de intersubjetividade. Ou ainda aquelas que visualizam o *fim do traba-*

lho e a realização concreta do *reino do tempo livre*, dentro da estrutura global da reprodução societária vigente.

Minha investigação procurará oferecer um quadro analítico bastante distinto. Ao contrário dessas formulações, pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados. Somente a título de exemplo: até o Japão e o seu modelo toyotista, que introduziu o “emprego vitalício” para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, vem procurando extinguir essa forma de vínculo empregatício, para adequar-se à competição que reemerge do Ocidente “toyotizado”. Dentre as medidas propostas para o enfrentamento da crise japonesa encontra-se ainda aquela formulada pelo seu capital, que pretende ampliar tanto a jornada diária de trabalho de 8 para 9 horas quanto a jornada semanal de 48 para 52 horas.¹ Podemos mencionar também o exemplo da Indonésia, onde mulheres trabalhadoras da multinacional Nike ganhavam 38 dólares por mês, realizando uma longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas Wal-Mart, K-Mart e Sears utilizaram-se do trabalho feminino na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana e salários inferiores a 30 dólares por mês.² O que dizer de uma forma de sociabilidade que, conforme dados recentes da OIT para o ano de 1999, desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, *algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha?*

Se é um grande equívoco imaginar o *fim do trabalho* na sociedade produtora de mercadorias, é entretanto imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da (des)sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfeticização das formas de representação vigentes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea.

¹ Conforme informações que constam no *Japan Press Weekly*, fev. de 1998.

² Dados extraídos de “Time for a Global New Deal”, *Foreign Affairs*, jan.-fev. 1994, Vol. 73, nº 1: 8.

Tratando dessas formas de (des)sociabilização, que estão presentes e em expansão no mundo contemporâneo, István Mészáros, num plano de maior abstração, denominou-as *mediações de segunda ordem*. Em suas palavras:

As mediações de segunda ordem do capital – isto é, os meios de produção alienados e suas “personificações”: dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. Somente um exame crítico radical desse sistema historicamente específico de mediações de segunda ordem pode oferecer uma saída para esse labirinto conceitual fetichizado. Por contraste, entretanto, a aceitação acrítica do sistema dado, historicamente contingente mas efetivamente poderoso, como o horizonte absoluto reprodutor da vida humana em geral torna impossível a compreensão da natureza real da mediação. A prevalência das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e se apresenta em sua “eterna presencialidade” (Hegel) como o necessário ponto de partida, que é também simultaneamente um ponto final insuperável. De fato, elas produzem uma completa inversão do atual relacionamento, que gera como resultado a degradação da ordem primária e a usurpação do seu lugar pelas mediações de segunda ordem, alienadas, com consequências potencialmente as mais perigosas para a sobrevivência da humanidade (...) (Mészáros, 1995: 17-8).

A inversão da lógica societal, ao se efetivar, consolidou, então, as *mediações de segunda ordem*, que passaram a se constituir como elemento fundante do *sistema de metabolismo social do capital*. Desprovido de uma orientação humanamente significativa, o capital assume, em seu processo, uma lógica em que o *valor de uso* das coisas foi totalmente subordinado ao seu *valor de troca*. O sistema de *mediações de segunda ordem* passou a se sobrepor e a conduzir as *mediações de primeira ordem*. A lógica societal se inverte e se transfigura, forjando um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital.

Capítulo I

O SISTEMA DE METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E SEU SISTEMA DE MEDIAÇÕES

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a *subordinação estrutural do trabalho ao capital*. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.³ Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. Um sistema de mediações de *segunda ordem* sobredeterminou suas mediações primárias básicas, suas mediações de *primeira ordem*.

O sistema de mediações de primeira ordem

As mediações de *primeira ordem*, cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, têm as seguintes características definidoras:

- 1) os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza;

³ As referências seguintes são extraídas de Mészáros (1995), que dão suporte às formulações presentes neste capítulo.

2) eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem (...) baseados em um intercâmbio sem mediações com a natureza (como fazem os animais), regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que esse comportamento instintivo possa ser. (Mészáros, 1995: 138).

Partindo dessas determinações ontológicas fundamentais, os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de *funções primárias de mediações*, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela *ontologia singularmente humana do trabalho*, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem. Essas funções vitais de *mediação primária* ou de *primeira ordem* incluem:

1) a necessária e mais ou menos espontânea regulação da atividade biológica reprodutiva em conjugação com os recursos existentes;

2) a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas;

3) o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas, historicamente mutáveis e visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes;

4) a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo;

5) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes;

6) a constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as demais determinações e funções de mediação primárias (idem: 139).

Nenhum desses imperativos de mediação primários necessitam do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação, que configuram o sistema de metabolismo societal do capital e suas mediações de *segunda ordem*.

A emergência do sistema de mediações de segunda ordem

O advento dessa *segunda ordem de mediações* corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de *primeira ordem* ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabóli-

co (idem:139-140). Isso porque “a constituição do sistema de capital é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem. De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação” (idem: 117).

A explicação disso está na sua finalidade essencial, que não é outra senão “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, – devem estar estritamente subordinados” (idem: 14). Desse modo, a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem” (idem: 522). Ou seja, para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo.

Essa característica constituiu-se num dos principais segredos do êxito dinâmico do capital, uma vez que as limitações das necessidades não podiam se constituir em obstáculos para a expansão reprodutiva do capital (idem: 523). “Naturalmente, a organização e a divisão do trabalho eram fundamentalmente diferentes nas sociedades em que o valor de uso e a necessidade exerciam uma função reguladora básica” (idem: 523). Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar o novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca (idem: 537), no qual o trabalho deve subsumir-se realmente ao capital, conforme a indicação de Marx no Capítulo VI (Inédito). Desse modo, ainda segundo Mészáros, as condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem, que decorrem do advento do sistema de capital, são encontradas por meio dos seguintes elementos:

1) a *separação* e *alienação* entre o trabalhador e os meios de produção;

2) a *imposição* dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o *mando sobre eles*;

3) a *personificação do capital* como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;

4) a equivalente *personificação do trabalho*, isto é, a personificação dos operários como *trabalho*, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse *trabalho* a suas funções produtivas fragmentárias (idem: 617).

Assim, cada uma das formas de *mediação de primeira ordem* é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*.

Tendo se constituído como o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social, o seu *sistema de mediação de segunda ordem* tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé *capital, trabalho e Estado*, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do *conjunto* dos elementos que compreende esse sistema. Não basta eliminar *um* ou até mesmo *dois* de seus polos. A experiência soviética (e seu desfecho histórico recente) demonstrou como foi impossível destruir o Estado (e também o capital) mantendo-se o sistema de metabolismo social do trabalho alienado e heterodeterminado. O que se presenciou naquela experiência histórica foi, ao contrário, a enorme hipertrofia estatal, uma vez que tanto a URSS quanto os demais países *pós-capitalistas* mantiveram os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho*. A “expropriação dos expropriadores”, a eliminação “jurídico-política” da propriedade, realizada pelo sistema soviético, “deixou intacto o edifício do sistema de capital” (idem: 493 e também 137).⁴

Na síntese realizada por István Mészáros:

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado – é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do metabolismo social não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do

⁴ O desafio formulado por István Mészáros é superar o *tripé em sua totalidade*, nele incluído o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social que subordina o *trabalho ao capital*, tendo como elo de complementação o *Estado político*.

capital), o trabalho como tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade (idem: 494).

Não sendo uma *entidade material* e nem um *mecanismo* que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão *orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação* (idem: 41-44).⁵ Enquanto nas formas societais anteriores ao capital, “no que concerne à relação entre produção material e seu controle, as formas de metabolismo social se caracterizavam por um alto grau de autossuficiência” (idem: 45), com o desenvolvimento do sistema global do capital, este tornou-se expansionista e totalizante, alterando profundamente o sistema de metabolismo societal. E essa nova característica “fez com que o sistema do capital se tornasse mais dinâmico que a soma do conjunto de todos os sistemas anteriores de controle do metabolismo social” (idem: 41). Por ser um sistema que *não tem limites para a sua expansão* (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam *em alguma medida* o atendimento das necessidades sociais), o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como um sistema, em última instância, ontologicamente *incontrolável*.⁶

⁵ Para Mészáros, *capital e capitalismo* são fenômenos *distintos*, e a identificação conceitual entre ambos fez com que *todas* as experiências revolucionárias vivenciadas neste século, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapazes para superar o *sistema de metabolismo social do capital*, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao *capital*. Este, segundo o autor, antecede o *capitalismo* e é a ele também posterior. O capitalismo é *uma* das formas possíveis da realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital. Assim como existia *capital* antes da generalização do *sistema produtor de mercadorias* (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital *após* o capitalismo, por meio da constituição daquilo que Mészáros denomina “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste europeu, durante várias décadas deste século XX. Esses países, embora tivessem uma configuração *pós-capitalista*, foram incapazes de romper com o sistema de metabolismo social do capital. Ver, sobre a experiência soviética, especialmente o capítulo XVII, itens 2, 3 e 4 da obra mencionada. Sobre as mais importantes diferenças entre o capitalismo e o sistema soviético, ver especialmente a síntese presente nas páginas 630-1.

⁶ Na busca de controlá-lo, fracassaram tanto as inúmeras tentativas efetivadas pela social-democracia quanto a alternativa de tipo soviético, uma vez que ambas acabaram seguindo o que Mészáros denomina “linha de menor resistência do capital” (idem: 771-2. Ver especialmente capítulos 16.1 e 20).

Apesar da *aparência* de que um sistema de regulação possa se sobrepor ao capital, e no limite controlá-lo, a incontrollabilidade é consequência de suas próprias fraturas, que estão presentes desde o início no seu sistema, sendo encontradas no interior dos microcosmos que constituem as células básicas do seu sistema societal. Os *defeitos estruturais* do sistema de metabolismo social do capital e suas mediações de *segunda ordem* manifestam-se de vários modos, ainda segundo Mészáros:

Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente separados e se encontram diametralmente opostos um ao outro.

Segundo, no mesmo espírito, em decorrência das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado “consumismo”, em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação da satisfação das necessidades elementares para incontáveis milhões de seres.

E, terceiro, os novos microcosmos do sistema de capital se combinam de modo inteiramente manejável, de tal maneira que o capital social total deveria ser capaz de integrar-se – dada a necessidade – ao domínio global da circulação, (...) visando superar a contradição entre produção e circulação. Dessa maneira, a necessária dominação e subordinação prevalece não só dentro dos microcosmos particulares – por meio da ação de “personificações do capital” individuais –, mas igualmente fora de seus limites, transcendendo não só as barreiras regionais como também as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se encontra submetida (...) aos imperativos alienantes de um sistema global de capital (idem: 48).

Nos três níveis acima mencionados, constata-se, segundo István Mészáros, uma deficiência estrutural nos mecanismos de controle, expressa pela *ausência de unidade*. Qualquer tentativa de criação ou sobreposição de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fraturadas e fragmentadas é problemática e por certo temporária. A unidade perdida deve-se ao fato de que a fratura assume ela mesma a forma de *antagonismo social*, uma vez que se manifesta por meio de conflitos e confrontações fundamentais entre forças sociais hegemônicas alternativas. Tais antagonismos são moldados pelas condições históricas específicas, dotadas de maior ou menor intensidade, favorecendo, porém, predominantemente o capital sobre o trabalho. “Entretanto, mesmo quando o capital é vencedor na confrontação, os antagonismos não podem ser eliminados (...) precisamente porque eles são estruturais. Nos três casos, trata-se de estruturas vitais e insubstituíveis do capital e não de contingências historicamente limitadas, que o capital possa transcender. Consequentemente, os antagonismos emanados des-

sas estruturas são necessariamente reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas compreendidas pela época do capital, qualquer que seja a relação de forças predominante em cada momento particular” (idem: 49).

Esse sistema escapa a um grau significativo de controle precisamente porque ele “emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle ‘totalizante’ das mais poderosas, (...) dentro da qual tudo, inclusive os seres humanos, deve ajustar-se, escolhendo entre aceitar sua ‘viabilidade produtiva’ ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema de capital globalmente dominante”, que impõe “seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra o mais fracos” (idem: 41).

E, na vigência de um sistema de mediações de segunda ordem, que se sobrepõe às mediações de primeira ordem (em que os indivíduos relacionavam-se com a natureza e com os seres sociais dotados de algum grau de autodeterminação), nesse “processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ‘fator material de produção’ –, subvertendo desse modo, não só na teoria mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto (...) Entretanto, a questão que permanece para o capital é que o ‘fator material da produção’ não perde condição de sujeito real da produção. Para realizar suas atividades produtivas com a devida consciência que esse processo exige – sem o qual o próprio capital desapareceria –, o trabalho deve ser obrigado a reconhecer outro sujeito acima de si mesmo, ainda que na realidade seja só um pseudosujeito. É para obter esse efeito que o capital necessita de suas personificações, com a finalidade de impor e mediar seus imperativos objetivos, na condição de medidas conscientemente realizáveis, às quais o sujeito real do processo produtivo, potencialmente rebelde, deve sujeitar-se. As fantasias do nascimento de um processo produtivo capitalista totalmente automatizado e sem trabalhadores constituem-se numa imaginária eliminação desse problema” (idem: 66).

Sendo um modo de metabolismo social totalizante e, em última instância, *incontrolável*, dada a tendência *centrífuga* presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente *destrutiva*. Essa lógica, que se acentuou no capitalismo contemporâneo, deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista, que Mézáros denomina *taxa de utilização decrescente* do valor de uso das coisas. “O capital não considera *valor de uso* (o qual corresponde di-

retamente à necessidade) e *valor de troca* como coisas separadas, mas como um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último” (idem: 566). O que significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até, no outro extremo, jamais ser usada, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva. Essa *tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, ao reduzir a sua vida útil e desse modo agilizar o ciclo reprodutivo, tem se constituído num dos principais mecanismos graças ao qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história (idem: 567).

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. “Conseqüentemente, por mais destruidor que seja um procedimento produtivo em particular, se produto é lucrativamente imposto ao mercado ele deve ser recebido como expressão correta e própria da ‘economia’ capitalista. Exemplificando, mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho necessários para a produção e distribuição de uma mercadoria comercializada lucrativamente – por exemplo, um produto cosmético: um creme facial –, da propaganda eletrônica ou da sua embalagem, sejam em termos físicos ou figurativos (mas, em relação aos custos de produção, efetivamente real), levada direto para o lixo, e apenas 10% sejam dedicados ao preparado químico, responsável pelos benefícios reais ou imaginários do creme ao consumidor, as práticas obviamente devastadoras envolvidas no processo são plenamente justificadas, desde que sintonizadas com os critérios de ‘eficiência’, ‘racionalidade’ e ‘economia’ capitalistas, em virtude da lucratividade comprovada da mercadoria em questão” (idem: 569).⁷

⁷ A indústria de computadores é outro exemplo expressivo dessa tendência decrescente do valor de uso das coisas. Um equipamento se torna “obsoleto” em pouquíssimo tempo, pois a utilização de novos sistemas passa a ser incompatível com as máquinas que se tornaram “velhas”, ainda que em boas condições de uso, tanto para o consumidor individual, quanto para as empresas que precisam acompanhar a competição existente em seu setor. Como disse Martin Kenney, “como resultado, os ciclos de vida dos produtos estão se tornando menores. Os empresários não têm escolha, exceto

Essa tendência à redução do valor de uso das mercadorias, assim como à agilização necessária de seu ciclo reprodutivo e de seu valor de troca, vem se acentuando desde os anos 70, quando o sistema global do capital teve de buscar alternativas à crise que reduzia o seu processo de crescimento. Isso porque, sob “as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição, tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral” (idem: 44). “A esse respeito é suficiente pensar na selvagem discrepância entre o tamanho da população dos EUA – menos de 5% da população mundial – e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo (...)” (idem: XV).

Expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, *mundializado*, dada a expansão e abrangência do mercado global, *destrutivo* e, no limite, *incontrolável*, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento autossustentado, exhibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda *crise estrutural*. Por isso é crescente, no interior dos países capitalistas avançados, o desenvolvimento de mecanismos de “administração das crises”, como parte especial da ação do capital e do Estado visando deslocar e transferir as suas maiores contradições atuais (idem: 597-598). Porém, a “*disjunção radical* entre produção para as necessidades sociais e autor-reprodução do capital não é mais algo remoto, mas uma realidade presente no capitalismo contemporâneo, com consequências as mais devastadoras para o futuro” (idem: 599).

Menos, portanto, do que grandes crises em intervalos razoavelmente longos, seguidas de fases expansionistas, como ocorreu com a crise

rapidamente inovar ou correr o risco de ser ultrapassados”. Após referir-se à redução no tempo de substituição do sistema Hewlett Packard, na inovação de seu sistema computacional, ele acrescenta que “o tempo de vida dos produtos está ficando cada vez menor”, tendência que vem afetando crescentemente cada vez mais produtos. Ver Kenney (1997: 92). A produção de computadores é um exemplo claro da *lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, entre tantos outros que podem ser encontrados.

de 29 e, posteriormente, com os “anos dourados” do pós-guerra, *a crise contemporânea está vivenciando a eclosão de precipitações mais frequentes e contínuas*, desde quando deu seus primeiros sinais de esgotamento, que são frequente (e equivocadamente) caracterizados como crise do fordismo e do keynesianismo.

Capítulo II

DIMENSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A crise do taylorismo e do fordismo como expressão fenomênica da crise estrutural

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*.⁸ A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;

2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;

3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocan-

⁸ Tratarei mais adiante desse ponto, central para o entendimento da crise dos anos 70.